

Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu

Manuela Martins*
Luís Fontes**

Em jeito de homenagem

Ao longo de muitos anos de convivência com o Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva tive oportunidade de constatar o grande interesse que possuía pela arqueologia, em particular por tudo aquilo que dizia respeito à descoberta de Bracara Augusta. Tendo sido um dos impulsionadores do Projecto de Salvamento de Bracara Augusta ele foi também um dos seus especiais apoiantes, enquanto responsável pelos desígnios da Universidade do Minho e da Unidade de Arqueologia, entidade que assegurou, desde 1977, a direcção daquele Projecto. O seu interesse por todas as realizações daquela Unidade manifestava-se na sua permanente presença em todas as conferências que davam notícia das descobertas arqueológicas que iam sendo efectuadas, mas a sua solidariedade e preocupação com o destino da Unidade de Arqueologia e do Projecto de Bracara Augusta transcenderam amiúde tais iniciativas.

* Presidente da Unidade de Arqueologia. Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

** Assessor da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

De facto, a ele recorreremos muitas vezes para tentar salvar o património arqueológico de Braga, em momentos em que este se encontrou mais ameaçado. Fosse através de ofícios ou memorandos, fosse através da sua influência junto de outras entidades, fosse por simples palavras de incentivo, transmitidas em momentos de desânimo, o Professor Lúcio Craveiro da Silva sempre apoiou as iniciativas dos responsáveis da Unidade de Arqueologia no sentido de manterem a liderança do Projecto, condição que sempre entendeu necessária para se garantir a salvaguarda do património de Braga. Na verdade, o seu interesse pela arqueologia não era apenas fruto de uma curiosidade científica e cultural, que alimentava o seu espírito ávido de conhecimento, alicerçando-se antes numa consciência crítica e precisa sobre a importância que a Arqueologia e o património possuem na sociedade actual.

Nos últimos anos pôde o Professor Lúcio observar os avanços da investigação arqueológica em Braga e contribuir dentro das suas possibilidades para promover a sua divulgação pública. Por isso se congratulou com a conclusão do estudo das termas, com a identificação do balneário pré-romano da Estação de Caminhos de Ferro, com a descoberta do teatro romano, com a reabilitação da Fonte do Ídolo, ou com a publicação de monografias científicas que corporaram o esforço da Unidade de Arqueologia em produzir conhecimento útil sobre o património bracarense. Por isso, também, foi-lhe grato apoiar a iniciativa de promover a divulgação dos sítios arqueológicos escavados ao longo dos anos, através do uso das novas tecnologias, que permitiu a criação do Projecto de viagem virtual a Bracara Augusta.

Certos de que o interesse do Professor Lúcio Craveiro da Silva pelo património correspondia a um sentir estruturado e humanista pelos valores do passado, que entendia como alicerces para uma sociedade mais solidária, é-nos grato apresentar neste livro de homenagem uma modesta contribuição que se formaliza numa proposta de criação de um Parque Cultural Europeu em Braga.

Tratando-se de uma intenção, não isenta de dificuldades, mas que se alicerça nos princípios que sempre defendeu de conhecer e divulgar o passado de Braga e da região, estamos seguros que a sua reacção a esta proposta seria de natural encorajamento e de grande satisfação, pois ela representa, na prática, o corolário da acção desenvolvida pela Unidade de Arqueologia ao longo das últimas três décadas.

Por isso, esperamos que a proposta que aqui se apresenta faça justiça ao homem que foi o Professor Lúcio Craveiro da Silva. Pela sua inteligência e invulgar cultura, pelo seu grande humanismo e sentido de fidelidade às instituições e às pessoas, qualidades que nele se aliavam a uma enorme simplicidade e a uma incontornável bondade.

Em tempos de incerteza crescente sobre os caminhos da vida universitária a que tanto se dedicou, de dificuldades múltiplas para concretizar grandes ou pequenos projectos, que não se revejam num retorno económico imediato, sentimos a falta das suas sábias palavras, do seu sentido de justiça e do seu pragmático optimismo quanto ao futuro.

Que a memória da sua sabedoria nos ilumine, que a lembrança da sua humildade nos torne mais tolerantes, que a sua dedicação às causas e às pessoas nos anime a continuar a pugnar pelo que julgamos certo apesar dos difíceis tempos em que nos movimentamos.

Pensar e planear o futuro do património bracarense constitui uma obrigação de várias instituições, detentoras de poder ou responsáveis pelo mesmo. À Unidade de Arqueologia e à Universidade do Minho cabem, pelas responsabilidades que sempre assumiram nesta área, a liberdade de reflectirem e perspectivarem esse mesmo património como estratégia de desenvolvimento sociocultural para a região de Braga. É esse o desenvolvimento natural do trabalho até agora realizado pela Unidade de Arqueologia. É essa a visão que sabemos que seria apreciada pelo Professor Lúcio. É esse o nosso contributo nesta homenagem. Ousar pensar o futuro.

Manuela Martins

1

Introdução

As cidades têm hoje que pensar-se a longo prazo, porque o problema do seu desenvolvimento é estrutural, projectando-se, não no tempo curto, mas sim na média e longa duração. Por outro lado, nesta época de globalização, para além das fronteiras concelhias e regionais, importa projectar os espaços urbanos em termos nacionais e internacionais.

Fundada há mais de 2000 anos, Braga possui importantes testemunhos da sua evolução no tempo longo, ilustrando a transformação histórica da sociedade e das relações estabelecidas com o meio envolvente, resultantes da complexa actuação de forças sociais, económicas e culturais, externas e internas. Por isso, Braga pode afirmar-se como cidade histórica viva, como centro gerador de uma paisagem cultural dinâmica, como obra conjugada da interacção entre a sociedade e a natureza.

Contudo, não devemos confundir valores histórico-culturais com conservadorismo, ou com tradições cristalizadas no tempo, adversas à mudança e à modernização dos espaços, processos inevitáveis na construção das paisagens, sejam elas urbanas ou rurais. O que se defende é o recurso, sério e informado, ao património, como alavanca de desenvolvimento, como alicerce da cidadania e como suporte da auto-estima necessária ao difícil empreendimento que é construir o futuro.

2

A identidade cultural de Braga

Existem dois atributos que constituem, desde sempre, património único de Braga: o estatuto de cidade, a *urbs Bracara*, o mais antigo município do actual território português, que remonta à data da sua própria fundação, por Augusto, há mais de dois mil anos e o estatuto de capital religiosa cristã do Noroeste

Peninsular que acumulou com a capitalidade provincial da Galécia romana, desde finais do século III, reforçado com a afirmação da cidade como capital do reino suevo sob a acção do bispo Martinho Bracarense.

Com a organização alto-medieval do território, Braga reafirmou o seu papel de centro urbano estruturador do território e o estatuto de diocese metropolitana, "Primaz das Hespanhas", fixando-se na memória nacional como a "Cidade dos Arcebispos".

A antiguidade da sua catedral constitui mesmo, no imaginário colectivo, uma referência fundacional, quase mítica, pois, em Portugal, de qualquer coisa antiga diz-se, com propriedade, que "é mais velha que a Sé de Braga".

Os dois atributos que caracterizam a cidade, pela sua sólida fundamentação histórica, e independentemente dos desvios ideológicos que sempre acompanham as leituras históricas, constituem-se como valores culturais que são, desde há muitos séculos, consubstanciais à identidade de Braga.

3 O património arqueológico e arquitectónico bracarense

Tanto as ruínas da cidade romana, como os testemunhos arquitectónicos dos templos cristãos antigos e da cidade medieval, são a expressão material da autenticidade, originalidade e qualidade dos atributos culturais da cidade de Braga, representando recursos patrimoniais de grande valor, que importa conservar, estudar, valorizar e divulgar.

Sobre a cidade romana de *Bracara Augusta* possui-se hoje um conhecimento significativo (Martins 2004; 2009), conservando-se importantes núcleos de ruínas, já valorizados ou em via de o serem, destacando-se, entre outros: as termas e o teatro do Alto da Cividade (Martins 2005; Martins *et alii* 2006);

parte significativa de um quarteirão da cidade romana, situado a oeste do Campo das Carvalheiras (Martins 1997-98); as ruínas de uma casa romana e da muralha medieval, na cave da sede da junta de freguesia da Sé; as ruínas descobertas na catedral que cruzam um tempo longo desde a época romana até à reedificação tardo-gótica da capela-mor (Fontes *et alii* 1997-98); a fonte/santuário rupestre da Fonte do Ídolo, na rua do Raio (Lemos 2002; Elena *et alii* 2008); a *domus* romana do Seminário de Santiago (Martins 2000); o balneário pré-romano da Estação (Lemos *et alii* 2002).

Existem ainda zonas da cidade com elevado potencial arqueológico, sem ruínas actualmente visíveis, mas onde se presume, com fundamento documental, que existem importantes vestígios. Entre outras poderíamos referir a existência de edificações em todo o centro histórico, o foro romano que deverá situar-se no Largo Paulo Orósio e áreas adjacentes (Martins 2004), a provável ocorrência de vestígios da muralha romana no lado sul da rua de Cruz de Pedra, no convento da Regeneração e nos largos de Santa Cruz e de São João do Souto (Lemos *et alii* 2002; 2007), ou a mais que hipotética existência de ruínas do anfiteatro romano, que se situava a poente da actual rua do Caires (Morais 2001; Martins 2004).

Da cidade medieval de Braga possui-se igualmente um bom conhecimento, conservando-se praticamente quase toda a malha urbana da fase final desse período. Entre os núcleos de ruínas e valores arquitectónicos conservados e valorizados destacam-se os que se relacionam com a cerca e o castelo que defendiam a cidade e com a sede episcopal: Torre de Menagem, Torre do postigo da Porta Nova, Torre de Santiago, Sé Catedral de Braga, Paço Episcopal e Largo da Praça Velha. Embora não acessíveis ao público, conservam-se troços da cerca medieval na Rua dos Biscainhos, na Rua do Anjo (no interior da cerca do Seminário de Santiago) e na Rua de São Marcos (Lemos *et alii* 2002; Ribeiro 2008).

Dos templos cristão antigos também se possui informação significativa: São Martinho de Dume (Fontes 1990; 1991-92; 2006), São Frutuoso de Montélios (Fontes 1992; 2009), Santa Marta das Cortiças e Sé de Braga (Fontes *et alii* 1997-98), estando os dois primeiros monumentos referenciados como exemplares peninsulares únicos de arquitectura cristã antiga.

O património arqueológico e arquitectónico bracarense, especialmente o que respeita à arquitectura cristã antiga, é internacionalmente reconhecido e apontado como um valor cultural singular, autêntico e de grande significado histórico.

A selecção dos sítios / monumentos acima referidos, para integração num projecto global e articulado de valorização, por serem os que actualmente possuem características mais qualificadas, não significa, todavia, qualquer desvalorização de outros locais e vestígios já conhecidos, ou tão pouco que se possa abrandar a salvaguarda do subsolo da cidade ou a paisagem correlacionada. Pelo contrário, a manutenção das acções de salvamento e de estudo é um processo crucial para continuar a recolher dados necessários à actualização dos conhecimentos, prevenindo o achado de outros vestígios com potencial interesse científico e patrimonial, actuação consignada nos princípios da Carta de Malta, assinada por Portugal.

4

Um futuro para o passado: um Parque Cultural Europeu para Braga

É hoje amplamente reconhecido que o património arqueológico e arquitectónico, enquanto recurso susceptível de valorizações múltiplas, constitui uma mais-valia estratégica para qualquer país ou região que se queira desenvolver e afirmar como sociedade de conhecimento.

Neste sentido, o estudo, conservação e valorização dos testemunhos arqueológicos e arquitectónicos romanos e medievais de Braga deve constituir-se como um factor estruturante do desenvolvimento económico e cultural futuro da cidade de Braga.

Tal estratégia deve ser suportada por um projecto específico de investimento no património, que possa identificar-se com uma política de preservação, estudo, valorização e divulgação do património bracarense e que envolva directamente

os diversos agentes económicos, as escolas e a universidade, as organizações de defesa do património, os museus e as entidades da tutela.

A concretização desse projecto exige a criação de uma estrutura de gestão comum, integradora, para estudo, conservação, valorização e difusão do património de Braga, que possa garantir uma adequada promoção desse importante recurso. Tal estrutura deverá associar instituições locais e nacionais, designadamente, a Universidade do Minho, a Câmara Municipal de Braga, a Mitra e o Cabido Bracarense, a Associação Comercial de Braga, a Região de Turismo, os Museus D. Diogo de Sousa e Pio XII, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura, o Instituto do Comércio Externo de Portugal.

A figura de Parque Cultural, nos termos da proposta de criação de uma 'Carta para os Parques Culturais Europeus', desenvolvida no âmbito do projecto COST Action A27 – *Understanding Pre-Industrial Landscapes, LANDMARKS*, configura-se, enquanto estrutura de gestão, como uma solução apropriada à realização da estratégia acima referida.

Uma vez que a figura de Parque Cultural não existe na actual legislação portuguesa, a qual apenas admite o conceito de Parque Arqueológico, seria necessário proceder à criação de um Parque Arqueológico, nos termos da lei nacional, o qual possuiria uma estrutura difusa, que integraria diferentes sítios e monumentos espalhados pela cidade e pelo território envolvente, alguns dos quais já classificados como Monumentos Nacionais ou como Imóveis de Interesse Público.

O Parque Arqueológico de Braga / Parque Cultural Europeu (PAB/PCE) seria, assim, uma estrutura de gestão à qual caberia coordenar projectos de intervenção, de acordo com programas plurianuais de desenvolvimento, orientados por objectivos bem definidos, validados por um conselho científico de reconhecida competência e com mecanismos de avaliação que permitissem valorar ou corrigir os resultados obtidos.

A coordenação científica da referida estrutura deveria ser assegurada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, entidade que detém a massa crítica e correspondentes competências em matéria de saber especializado,

em todos os domínios da disciplina arqueológica. No entanto, a participação na estrutura de gestão de instituições da administração central afigura-se fundamental, porque o património em causa, ou está classificado, ou é classificável como nacional, devendo, portanto, contar com o esforço contributivo do país.

O objectivo principal da estrutura de gestão sugerida seria o desenvolvimento de projectos integrados de estudo, conservação e valorização do património, coordenando, designadamente, a elaboração de planos de salvaguarda (valorização arquitectónica e paisagística), a realização de estudos arqueológicos, a conservação das ruínas, a produção e edição de informação, a organização de eventos científicos e a divulgação e promoção dos valores patrimoniais bracarenses, através da sua integração em diferentes circuitos nacionais e internacionais, que asseguraria um necessário marketing de qualidade.

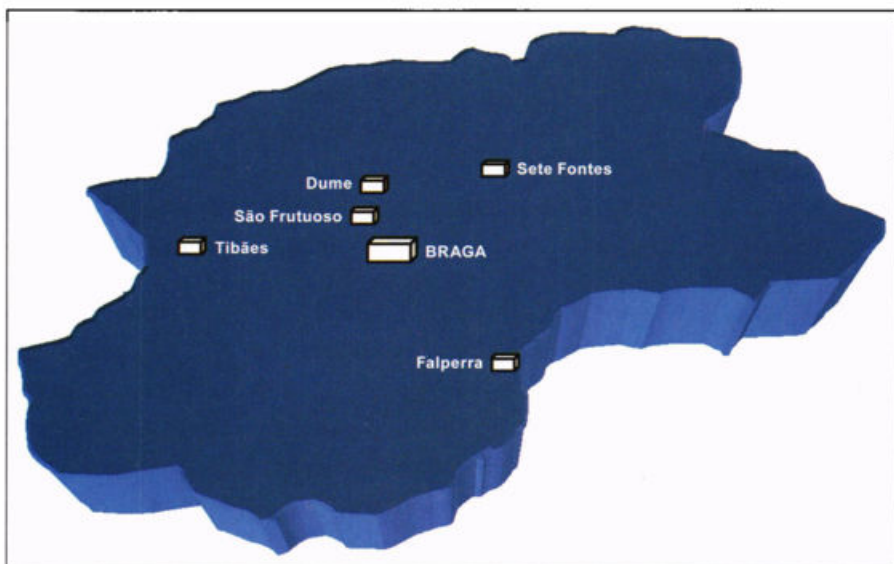
A possibilidade de integrar um conjunto seleccionado de sítios e monumentos, cobrindo uma ampla cronologia, desde o período pré-romano até à época moderna, num Parque Arqueológico / Parque Cultural, representa um importante contributo para dar coerência ao diversificado património da cidade e da sua região. Com efeito, a concepção de Parque ultrapassa largamente a visão singular dos sítios ou monumentos, permitindo articulá-los numa estrutura que possa reflectir o original percurso histórico de Braga.

5

A rede do Parque Arqueológico de Braga / / Parque Cultural Europeu

O Parque Arqueológico de Braga/ Cultural Europeu (PAB/PCE) constituiria, assim, uma estrutura relacionada com a investigação, a protecção e a gestão cultural integrada de um conjunto inicial de 15 sítios e monumentos, seleccionados pela sua representatividade em termos históricos e pelo seu valor científico e cultural, sem prejuízo de outros que pudessem vir a ser associados.

Dez sítios e monumentos atribuídos a diferentes contextos cronológicos e culturais situam-se na área urbana de Braga. Os outros cinco, correspondentes a diferentes cronologias, distribuem-se pela envolvente da cidade, situando-se todos no concelho.



Localização dos núcleos que integrariam o PAB/PCE

Cidade de Braga

1

Núcleo arqueológico da Estação da CP

Balneário pré-romano

(Propriedade e gestão da REFER, musealizado em área de circulação de utentes)

Núcleo arqueológico formado por um monumento de tradição indígena que foi identificado no âmbito de um acompanhamento arqueológico realizado pela Unidade de Arqueologia aquando da remodelação da actual estação de caminhos-de-ferro de Braga, em 2000 (Lemos *et alii* 2003).

O monumento funcionava como balneário ritual, sendo composto por um forno, uma sala de vapor e uma sala intermédia com bancos corridos, acessível a partir de um pátio lajeado. Com excepção deste, todos os outros espaços encontravam-se enterrados.

A parte conservada do monumento foi integrada na cave da estação, em cujas paredes existe informação relativa ao monumento e respectiva função.



Perspectiva do balneário pré-romano



Enquadramento do monumento

2

Núcleo arqueológico da Fonte do Ídolo

Santuário pré-romano e romano

(Monumento Nacional, Decreto de 16 de Junho de 1910)

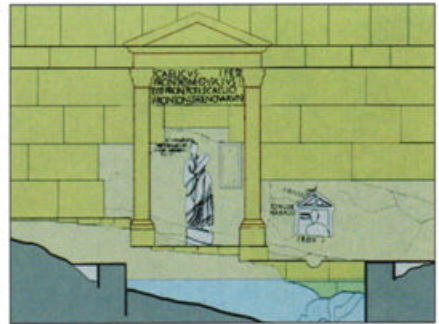
(Propriedade do Estado, sob gestão municipal, musealizado e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

A Fonte do Ídolo é conhecida desde o século XVIII. Trata-se de um santuário / fonte rupestre de origem pré-romana, dedicado à deusa indígena Nabia, que estaria ligado a cultos aquáticos e da fertilidade. Foi monumentalizado nos inícios da fundação da cidade por um imigrante chamado Celico Fronto, natural de Arcóbriga, que mandou executar as esculturas e as inscrições visíveis na frente do santuário. Um estudo recente (Elena *et alii* 2008) permitiu verificar que o penedo sagrado foi envolvido por uma parede de silharia, tendo a escultura principal sido enquadrada por uma edícula. Os descendentes do imigrante renovaram o monumento construindo um lago em frente à fachada da fonte, mandando lavrar uma inscrição que assinalou a sua intervenção, talvez realizada em época flávia.

Trata-se de um monumento único no seu género, cuja leitura epigráfica suscita ainda alguma controvérsia, considerado a jóia da coroa dos santuários rupestres peninsulares.



Perspectiva da Fonte do Ídolo



Proposta de restituição da fachada da fonte

3

Núcleo arqueológico da Colina da Cidade

Termas públicas e teatro romano

(Monumento Nacional, Decreto n.º 1/86, de 3 de Janeiro)

(Propriedade e gestão municipal, vedado e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

Este núcleo compreende actualmente um conjunto de dois edifícios públicos romanos, datados entre finais do século I / inícios do II, situados perto do local onde se localizava o foro administrativo da cidade de *Bracara Augusta*.

Um dos edifícios corresponde a umas termas públicas, que sofreram várias remodelações, tendo sido abandonadas nos finais do século IV (Martins 2005). A escavação do edifício, realizada pela Unidade de arqueologia da Universidade do Minho, foi concluída em 1999, estando valorizado para acesso aos visitantes.

O teatro, descoberto em 1999, encontra-se ainda em fase de escavação e estudo, tendo sido possível identificar, até ao momento, parte da *orchestra*, da *cavea* e da *scaena*, que era rematada a norte por uma basílica (Martins *et alii* 2006).

Neste núcleo arqueológico podem ainda ser observadas outras estruturas datáveis do período suévico-visigótico que se sobrepuseram, ou reutilizaram partes do teatro.



Perspectiva da parte central das termas



Panorâmica do *apodyterium*

4

Núcleo arqueológico da Escola Velha da Sé

Casa romana e muralha medieval

(Propriedade e gestão municipal, em fase de musealização)

Formada por um conjunto de ruínas atribuíveis ao período romano e medieval, esta área arqueológica situa-se no interior de um quarteirão do Centro Histórico de Braga, sendo acessível por uma das principais artérias da cidade: a R. Afonso Henriques.

As escavações aí realizadas, em 1999, pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, permitiram descobrir parte de uma casa romana, datada do século I, limitada a nascente por um pórtico. A casa sofreu uma importante remodelação em finais do século III / inícios do IV, sendo beneficiada com a construção de um balneário, tendo a área do pórtico sido integrada na habitação. A construção da cerca medieval destruiu parte da habitação, sendo igualmente visível no local um torreão da muralha do século XIV.

Pela natureza dos vestígios conservados este núcleo arqueológico permite compreender a evolução do espaço urbano de Braga entre a época romana e a actualidade.



Pormenor do mosaico encontrado no corredor da casa. (Foto do GACMB)



Perspectiva do hipocausto. (Foto do GACMB)

5

Núcleo arqueológico das Carvalheiras

Casa romana e arruamentos

(Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 29/90, de 17 de Julho)

(Propriedade e gestão municipal, em fase de musealização)

Neste núcleo conserva-se um significativo conjunto de ruínas correspondentes a uma habitação que ocupa a totalidade de um quarteirão da cidade romana, delimitado por quatro ruas, em cujos limites são visíveis vestígios de outras casas.

O conjunto residencial original corresponde a uma casa de átrio (*atrium*) e peristilo (*peristylum*), com pórticos a ladear as fachadas viradas às ruas, para onde abriam lojas instaladas no piso térreo.

Edificada no século I, a habitação conheceu várias remodelações até ao seu abandono no século V, uma das quais contemplou a construção de um balneário, nos inícios do século II. Nos finais do século III/inícios do IV o quarteirão sofreu profundas alterações, tendo a casa perdido as suas características de *domus* (Martins 1997-98; Martins 2000b).



Perspectiva das ruínas das Carvalheiras



Reconstituição virtual da 1.ª Fase da casa



Reconstituição virtual da fachada oeste da casa na 2.ª Fase

6 Núcleo da Sé Catedral

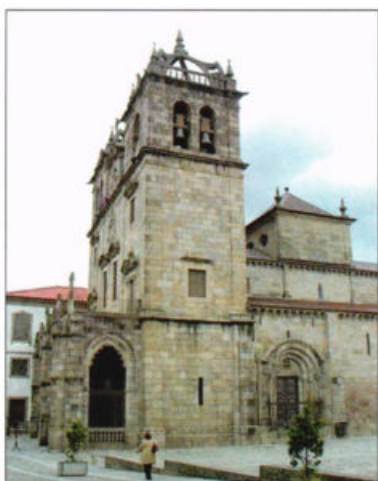
Edifícios Romanos e Templo Cristão Antigo e Medieval

(Monumento Nacional, Decreto de 16 de Junho de 1910)

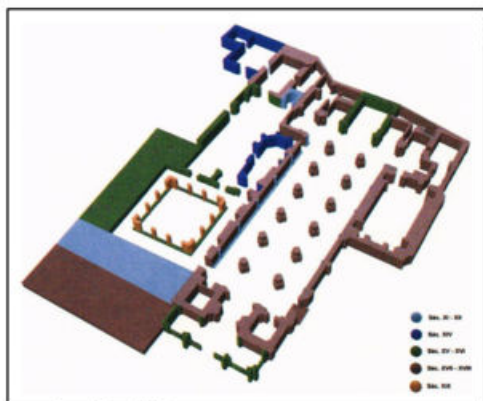
(Propriedade do Estado, afecta ao uso da Igreja (gestão do Cabido Bracarense), em fase de musealização e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

Construída num local onde se admite terem existido edifícios romanos que deram lugar, nos séculos IV-V, a um primeiro templo cristão de planta basilical, a Sé de Braga é a mais antiga catedral portuguesa. Edifício monumental, de sólida construção granítica, conserva grande parte do projecto arquitectónico românico, já delineado aquando da restauração da diocese de Braga, em 1089, ao tempo do Bispo D. Pedro. Na igreja de três naves e cabeceira, com cinco capelas, destacam-se as decorações esculturadas do portal axial e da dita “Porta do Sol”, cujas gramáticas decorativas ilustram o chamado românico bracarense, que se desenvolveu durante o século XII (Fontes *et alii* 1997-98).

O espólio do Tesouro da Catedral integra inúmeras peças de grande interesse, desde sarcófagos paleocristãos a peças de ourivesaria e arte sacra medieval e moderna.



Perspectiva da Sé Catedral



Reconstituição das fases construtivas

7

Núcleo histórico do Paço Episcopal

Edifício Medieval

(Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 47508, de 12 de Janeiro de 1967)

(Propriedade do Estado, sob gestão da Universidade do Minho e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

Virado ao jardim de Santa Bárbara, conserva-se a ala medieval do paço episcopal bracarense, obra dos séculos XIV e XV, atribuída aos arcebispos D. Gonçalo Pereira e D. Fernando da Guerra.

Construído sobre restos da cidade romana extra-muros, reaproveitando mesmo silharia almofadada de edificações romanas, o Paço Episcopal é uma edificação sóbria, com aparência de fortificação, destacando-se pela solidez do aparelho regular de blocos graníticos e pelos vãos de janelas em arco ogival mainelado.



Perspectiva e pormenor da parte medieval do Paço Episcopal

8 Núcleo histórico do Castelo

Torre Medieval

(Monumento Nacional, Decreto de 16 de Junho de 1910)

(Propriedade do Estado, sob gestão municipal, a musealizar)

Do castelo medieval de Braga, demolido nos inícios do século XX, conserva-se apenas a imponente torre de menagem. Foi edificado no decurso do século XIV, por iniciativa conjunta dos arcebispos bracarense e da coroa portuguesa, situando-se no extremo nordeste da cidade, junto à porta do Souto.

A torre de menagem, construída em sólido aparelho de blocos graníticos bem esquadrados, muitos dos quais ostentam siglas de canteiro, apresenta soluções arquitectónicas de estilo gótico, como sejam a porta ogival e as varandas com matacães.



Perspectiva e pormenor da Torre de Menagem

9 Núcleo da Torre de Santiago

Edifício Medieval

(Propriedade da Igreja, sob gestão do Museu Pio XII, musealizada e dotada de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

A imponente Torre de Santiago, situada sobre a porta do mesmo nome, por onde entrava quem vinha do Porto, incluindo os peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela, foi edificada no decurso do século XV.

A sua construção, em cantaria granítica primorosamente aparelhada, deveu-se a razões estritamente defensivas, determinadas pela necessidade de proteger a porta, como revela a circunstância de ter sido implantada no exterior da muralha preexistente, não possuindo parede do lado interior. Na face nascente abria-se a entrada em arco ogival, cerrada com porta de eixos e grade de guilhotina.



Perspectiva e pormenor da Torre de Santiago

10

Núcleo da Praça Velha

Espaço Medieval

(Espaço público, sob gestão municipal)

Aberta pelo arcebispo D. Diogo de Sousa junto à “porta nova”, que mandara rasgar na muralha, para aí se realizar o mercado do peixe e dos legumes, esta pequena praça de inícios de Quinhentos conserva ainda a ambiência medieval da organização dos espaços intra-muros.

No canto sudoeste recebe a mais estreita rua de Braga, a rua da Violinha, que mantém o traçado medieval original, no lado poente coincidente com a face interna da muralha da cidade.



Perspectiva da Praça Velha



Perspectiva da
Rua da Violinha e da
face da muralha medieval
que a limita a sudeste

11

Núcleo arqueológico de Dume (São Martinho)

Villa e Balneário Romanos

Igreja e Mosteiro suevo-visigóticos

Sarcófago medieval

(Monumento Nacional, Decreto n.º 45/93, de 30 de Novembro)

(Propriedade e gestão da Junta de Freguesia, dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes e em fase de musealização)

Monumentos localizados em torno da igreja paroquial, devendo ser considerados como conjunto integrado em paisagem semi-urbana, correspondente ao centro da freguesia de Dume.

O núcleo arqueológico de Dume (S. Martinho) situa-se cerca de 2 Km a norte da cidade de Braga, na bordadura esquerda do vale do Cávado. O enquadramento paisagístico do local conheceu profundas mudanças, configurando-se agora como uma sucessão de espaços residenciais, entre espaços agrários, inserindo-se já no perímetro urbano da cidade de Braga.



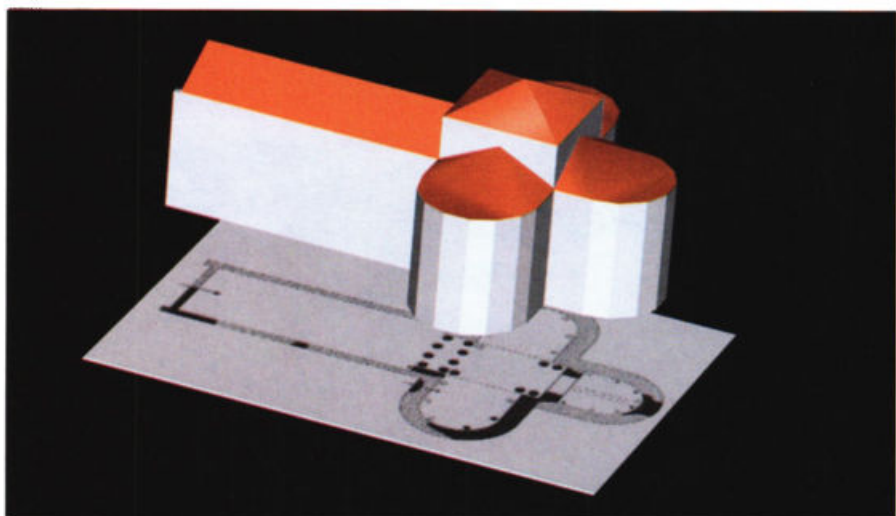
Perspectiva do balneário da *villa* romana

As ruínas da basílica sueva localizam-se sob a actual igreja paroquial, no centro da freguesia. Mandada construir pelo rei suevo Charrarico, cerca do ano 550, foi consagrada a São Martinho de Tours e elevada a sede episcopal, por volta de 558, por São Martinho Dumienne, que fundou um mosteiro anexo, adaptando a estrutura de uma antiga *villa* romana (Fontes 1987; 1990; 1991-92; 2006).

Nos finais do século XI, após a reconstrução da igreja primitiva, foi executado o túmulo esculturado, dito de São Martinho, uma das mais notáveis peças de escultura funerária pré-românica (Fontes 2006).



Túmulo dito de S. Martinho



Planta restituída da basílica sueva e proposta de reconstituição tridimensional

12

Conjunto monumental de São Frutuoso e São Francisco, Real

Mausoléu visigodo de São Frutuoso

Mosteiro visigodo (de São Salvador)

Convento medieval e moderno de São Francisco

(Monumento Nacional, Decreto n.º 33587, de 27 de Março de 1944)

(Propriedade conjunta do IGESPAR, I.P. e do Município. Gestão da administração central e paroquial. Infra-estruturas de apoio ao visitante incipientes)

Convento arruinado (defende-se o seu restauro e adaptação para que aí fique instalada a sede do Parque Cultural, com centro de documentação e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes, sob gestão da Universidade do Minho).

Conjunto monumental que deve considerar-se associado à paisagem envolvente, em fase de transformação de rural em urbana (deve incluir o perímetro da Quinta Pedagógica de Real).



Perspectiva do conjunto monumental

O mausoléu de São Frutuoso foi mandado edificar pelo bispo Frutuoso de Braga, cerca do ano 665, para abrigar a sua sepultura, junto ao mosteiro de São Salvador de Montélios (Fontes 1989: 1992; 2009). Localiza-se num pequeno outeiro denominado Montélios, nos arredores da cidade de Braga. Mau grado a proximidade da frente urbana, o lugar, enquadrado pelo conjunto composto pela igreja e mosteiro de São Francisco e pelas casas rurais próximas, conserva ainda alguma ambiência da sua implantação rural original.

O mausoléu terá sido reconstruído na Alta Idade Média, no contexto da organização asturo-leonesa do território e acompanhando, provavelmente, a implementação do culto de São Frutuoso. Integrada nas ampliações posteriores do convento de São Francisco, a pequena capela viria a ficar emparedada entre as alas do convento, caindo no esquecimento.

Redescoberto em 1897 pelo arquitecto Ernesto Korrodi o monumento foi sujeito a um discutido projecto de restauro na década de 30 do século XX, orientado pelo arquitecto João de Moura Coutinho.



Interior do mausoléu

13

Estação arqueológica de Santa Marta das Cortiças, Esporões

Povoado fortificado da Idade do Bronze e Ferro, romanizado
Igreja e Palácio suevos

(Imóvel de Interesse Público. Decreto n.º 40361, de 20 de Outubro de 1955
e Decreto n.º 251/70, de 3 de Junho)

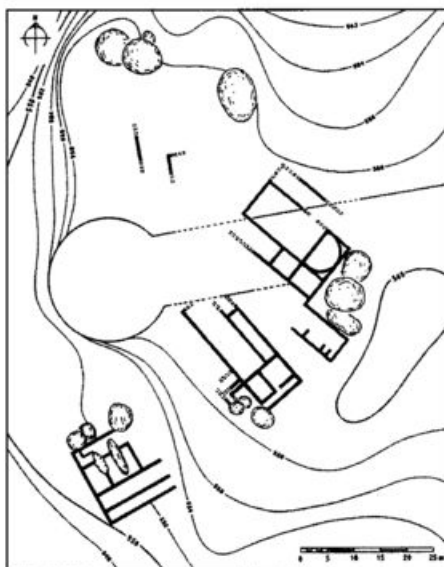
(Propriedade conjunta do Município e da Paróquia. Gestão mista municipal e paroquial.
Em desenvolvimento estudo prévio para projecto integrado de conservação,
estudo, valorização e divulgação, prevendo-se musealização de ruínas e construção
de centro de interpretação e de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

O monte de Santa Marta das Cortiças foi ocupado desde tempos pré-históricos, ainda mal definidos, sabendo-se que conheceu uma importante ocupação da Idade do Bronze Final à qual se terá sucedido o povoado da Idade do Ferro. As habitações circulares, características desta fase de ocupação, dispersam-se pelas plataformas do monte, cobertas por intensa vegetação arbórea e arbustiva que dificulta a sua percepção e estudo. O povoado possuía várias linhas de muralhas e deve ter atingido uma razoável extensão, sendo seguramente um lugar central, considerando o controle estratégico que o monte possui sobre uma vasta região.

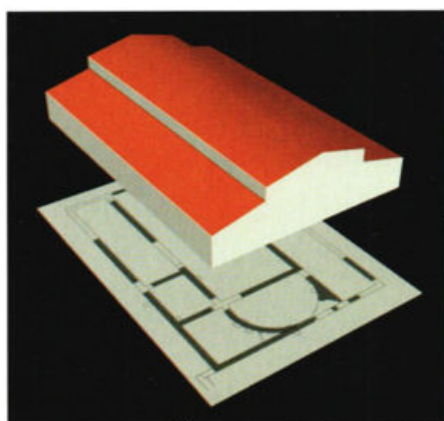


Perspectiva do monte de Santa Marta

Na plataforma superior do monte de Santa Marta das Cortiças, relevo que na documentação medieval se encontra frequentemente referenciado como marco geográfico identificador do território bracarense, conservam-se as ruínas de um importante palácio suevo-visigótico, que inclui um templo paleocristão, de nave rectangular e abside semicircular, datável dos séculos V-VI (Fontes 1992; 2009).



Planta das estruturas identificadas na plataforma superior



Proposta de restituição 3D da basílica paleo-cristã

14

Conjunto Monumental do Mosteiro e Cerca de S. Martinho de Tibães, Mire de Tibães

Mosteiro, Jardins e Cerca Medieval e Moderno

(Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 40361, de 20 de Outubro de 1955 e Decreto n.º 251/70, de 3 de Junho)

(Propriedade e gestão do IGESPAR, I.P., musealizado e dotado de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

Conjunto monumental que deve considerar-se associado à paisagem rural envolvente, incluindo a ZEP já estabelecida.

O mosteiro de São Martinho de Tibães localiza-se a cerca de 6 km a noroeste da cidade de Braga, junto à margem esquerda do rio Cávado.

Fundado no século XI, o mosteiro foi instituído, no século XVI, Casa-Mãe da “Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal”, vindo a ser encerrado em 1833-34, no quadro da extinção geral das ordens religiosas em Portugal.

Em 1992 foi solicitada à Unidade de Arqueologia a realização do estudo arqueológico do mosteiro, com o duplo objectivo de aumentar o conhecimento sobre



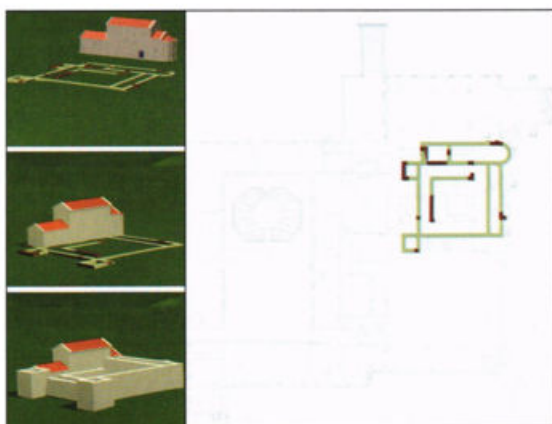
Panorâmica geral do mosteiro de Tibães

a história do sítio e do edificado e de proporcionar informação à direcção da intervenção para desenvolver adequadamente os seus projectos.

Os resultados das escavações traduziram-se na descoberta de restos significativos dos edifícios medievais e do início da Época Moderna, com destaque para a identificação do modelo da igreja românica e da "porta dos carros" do século XVI, tendo esta última sido integrada no circuito de visita ao monumento. Foi ainda definida toda a sequência das reconstruções dos séculos XVI e XVII-XVIII (Fontes 2005).



Perspectiva das escavações



Planta e reconstituição da fase construtiva do mosteiro medieval

15

Sistema de abastecimento de água das Sete Fontes, São Vitor / Gualtar

Complexo Hidráulico Romano e Moderno

(Em vias de classificação como Monumento Nacional,
por homologação de 29 de Maio de 2003)

(Propriedade e gestão municipal e privada. Projecto de criação do
Parque Urbano das Sete Fontes, que contempla a musealização
e criação de infra-estruturas de apoio aos visitantes)

Conjunto monumental que deve considerar-se associado à paisagem rural envolvente, em fase de transformação de rural em urbana.

O complexo hidráulico setecentista das Sete Fontes corresponde a um sistema de abastecimento público de água à cidade de Braga, construído em meados do século XVIII por iniciativa do Arcebispo D. José de Bragança (1741-1756).



Mãe de água ou castelo das Sete Fontes

Trata-se de um sistema composto por galerias subterrâneas, fontes ou mães de água e condutas, com uma extensão aproximada de 3.500 m, sendo 2.250 m em galerias subterrâneas e o restante em condutas de manilhas graníticas ou em tubagens de ferro.

As estruturas mais visíveis deste sistema são as sete fontes, ou mães de água, popularmente designadas por capelas, pois são pequenas edificações em alvenaria granítica, de planta circular e cobertura abobadada, nas quais se fazia a junção de galerias e condutas, servindo simultaneamente como respiros e caixas de visita para manutenção do sistema.

Nas proximidades deste complexo hidráulico identificam-se vestígios de tipologia romana, admitindo-se que o conjunto setecentista possa ter-se sobreposto a um aqueduto dessa época, que abasteceria a cidade de *Bracara Augusta*, bem como as *villae* da periferia urbana.



Mãe de água ou castelo das Sete Fontes

Bibliografia

- Elená, A.; Mar, R.; Martins, M. (2008) *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstrução do santuário*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 4. Braga: UAUM/NARQ.
- Fontç.F.O. (1987) Salvamento Arqueológico de Dume: 1987 – Primeiros Resultados, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 4, Braga, pp. 118-148.
- Fontç.L.F.O. (1989) S. Frutuoso revisitado, ou a recente revitalização do monumento, *Forum*, 6, pp. 41-56.
- Fontç.L.F.O. (1990) Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume, in *Actas do Congresso Internacional sobre o IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, Braga, vol. I, pp. 147-169.
- Fontç.L.F.O. (1991-92) Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, pp. 199-230.
- Fontç.L.F.O. (1992) O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, in *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, (Ravena, 6-12 Aprile 1992), Ravena, pp. 217-248.
- Fontç.L.F.O.; Lemos, F.S.; Cruz, M. (1997-98) "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, Braga, pp. 137-164.
- Fontç.L.F.O. (2005) *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*, IPPAR, Lisboa.
- Fontç.L.F.O. (2006) *A Basílica Sueva de Dume e o Túmulo dito de São Martinho*, Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho, (NARQ), Braga.
- Fontç.L.F.O. (2009) O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território, in Paulo Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*, Ed. Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga.
- Lemç.F.S. (2002) A Fonte do Ídolo – História do Monumento e Contexto Arqueológico, *Mínia*, III Série, 10, Braga, pp. 5-26.

- os, F.S.; Fontes, L.; Leite, J.M.F. (2002) A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga, in *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica (500-1500)* (Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000), Câmara Municipal de Palmela e IPPAR.
- os, F.S.; Leite, J.M.F.; Bettencourt, A.M.S.; Azevedo, M. (2003) O balneário pré-romano de Braga, *Al madan*, 12, Lisboa, pp. 43-46.
- os, F.S.; Leite, J.M.F e Cunha, A. (2007) A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*, in Rodríguez Colmenero, A. e I. Rodá de Llanza (eds.) *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329-341.
- ins, M. (1997-98) A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*, 2.ª série, 14-15. Braga, pp. 23-46.
- ins, M. (2000) *Bracara Augusta cidade romana*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- ins, M. (2004) Urbanismo e arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios arqueológicos*, Tarragona, pp. 149-174.
- ns, M. (2005) *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, in M. Martins (coord.), *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 1, Braga. UAUM / Narq.
- ins; M. (2009) A Romanização. in Paulo Pereira (coord) *Minho. Traços de Identidade*. Ed. do Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga.
- ins, M.; Ribeiro, R.; Magalhães, F. (2006). A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*. *Forum*, 40. Braga, pp. 9-30.
- is, R. M. L. (2001) Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76.
- iro, M.C.F. (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Universidade do Minho (Dissertação de doutoramento polí-copiada).